

PROGRAMA CULTURA SOCIAL

NORMAS DE PARTICIPAÇÃO 2017

I - PROMOÇÃO

O Programa Cultura Social é da responsabilidade da Câmara Municipal de Cascais, através da Divisão de Juventude.

II – DESTINATÁRIOS

• PARTICIPANTES

Jovens residentes ou estudantes no Município de Cascais e com idade compreendida entre os 15 e os 25 anos (à data de início do projeto).

• ENTIDADES ENQUADRADORAS

Entidades sem fins lucrativos, sedeadas ou com atividade regular e relevante no Município de Cascais, nomeadamente:

- Instituições particulares de solidariedade social;
- Organizações não-governamentais;
- Coletividades e grupos desportivos;
- Associações Juvenis;
- Serviços da Câmara Municipal;
- Estabelecimentos de ensino;
- Hospitais e centros de saúde;
- Outras entidades sem fins lucrativos, sedeadas ou com atividade regular e relevante no Município de Cascais.

Definir-se-á, para este efeito, uma quota de 25% (vinte e cinco por cento) para os serviços da Câmara Municipal de Cascais.

III - OBJETIVOS

Definem-se como principais objetivos do Programa Cultura Social:

- Promover a ocupação saudável do tempo livre dos jovens no período de Verão, mobilizando-os para um serviço à comunidade;
- Fomentar o desenvolvimento pessoal dos jovens, pela aproximação com as realidades locais, o contato com o mundo do trabalho e o fomento do espírito comunitário, de entreatajuda e de solidariedade;
- Apoiar as entidades sem fins lucrativos sedeadas ou que realizem atividades no Município de Cascais, adiante designadas por "Entidades Enquadradoras", promovendo a viabilização dos seus projetos pelo recurso ao potencial criativo e ao dinamismo dos jovens.

IV - TAREFAS E FUNÇÕES

Cada Entidade Enquadradora pode acolher participantes do Cultura Social em um ou mais projetos, numa das seguintes áreas de atuação preferenciais:

- Ambiente;
- Apoio Social;
- Património;
- Proteção Civil;
- Animação Sociocultural.

As tarefas específicas de cada projeto são designadas pelas entidades enquadradoras e apresentadas nos mapas de projeto divulgados.

V - CALENDARIZAÇÃO

Este programa decorre nos meses de julho e agosto (dias úteis), podendo ser adaptadas as datas a necessidades específicas das entidades, estimando uma ocupação **máxima de 25 (vinte e cinco) horas por semana**. A inscrição dos jovens é, no entanto, limitada a um dos turnos.

O horário da ocupação deverá ser contínuo (exemplo: 09 às 14h ou 14 às 19h).

Para 2017, os turnos são os seguintes:

1º Turno (A) – Entre 03 e 31 de julho

2º Turno (B) – Entre 01 e 31 de agosto

VI - CANDIDATURAS

1) A candidatura é feita através do preenchimento de uma ficha de inscrição online disponível em www.cascaisjovem.pt, respeitando os seguintes prazos:

Candidaturas das Entidades Enquadradoras: Até 25 de abril.

Candidaturas dos jovens:

1.º Turno (A): 1 de maio a 30 de maio;

2.º Turno (B): 1 de maio a 30 de junho;

2) Caso o jovem seja contactado para a sessão de seleção, deverá entregar previamente ou levar consigo os seguintes documentos:

Caso seja maior de idade:

- Fotocópia do documento de Identificação válido, com fotografia e assinatura (Cartão de Cidadão, B.I., Passaporte ou equivalente);
- Fotocópia do cartão com Número de Identificação Fiscal (para quem não apresente Cartão de Cidadão);
- Comprovativo de morada (faturas de eletricidade, água, gás, fatura de comunicações de rede fixa, atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia respetiva ou fotocópia da carta de condução) ou comprovativo de frequência em estabelecimentos de ensino no município de Cascais;
- IBAN em documento bancário (com o nome do titular da conta).

Caso seja menor de idade:

- Termo de responsabilidade preenchido e devidamente assinado pelo encarregado de educação;
- Fotocópia do documento de Identificação válido, com fotografia e assinatura (Cartão de Cidadão, B.I., Passaporte ou equivalente) do Jovem e do Encarregado de educação;

- Fotocópia do cartão com Número de Identificação Fiscal (para quem não apresente Cartão de Cidadão) do encarregado de educação;
 - Comprovativo de morada (faturas de eletricidade, água, gás, fatura de comunicações de rede fixa ou atestado de residência emitido pela Junta de Freguesia respetiva) ou comprovativo de frequência em estabelecimentos de ensino no município de Cascais;
 - IBAN em documento bancário (com o nome do titular da conta) do respetivo encarregado de educação.
- 3)** Caso o jovem não entregue todos os documentos até ao 5º dia após o início do turno, será excluído do programa.
- 4)** Em caso de desistência o jovem deverá comunicar esse facto à Divisão de Juventude da Câmara Municipal de Cascais para o número 21 481 59 48/ 21 481 59 43 ou através do e-mail culturasocial@cm-cascais.pt.

VII - SELEÇÃO

• DOS PARTICIPANTES

A seleção dos jovens é feita por elementos da Câmara Municipal de Cascais/ Divisão de Juventude e, sendo solicitado, poderá fazer-se em conjunto com um responsável da Entidade Enquadradora.

1) Fases de seleção:

1ª Fase – Análise dos formulários de inscrição dos jovens

2ª Fase – Sessão de seleção

1º Turno (A):

- Convocatória para a sessão de seleção do 1º turno (até 23 de junho);
- Sessão de seleção 1º Turno – 26 de junho em local a anunciar;

2º Turno (B):

- Convocatória para a sessão de seleção do 2º turno (até 24 de julho);
- Sessão de seleção 2º Turno – 27 de julho em local a anunciar;

2) Fatores de análise/seleção:

- Preenchimento do formulário de candidatura;
- Opções identificadas pelo candidato/a e perfil indicado pela Entidade Enquadradora;
- Motivação demonstrada no formulário de candidatura;
- Equilíbrio do número de vagas por género;
- Participação pela primeira vez no Programa;
- Sessão de seleção.

3) O jovem selecionado será contactado para o correio eletrónico que identificou no formulário de inscrição até 5 dias antes do início de cada turno. Se o candidato não responder ao contato ao fim de 48h será efetuada a sua substituição.

4) Devido ao volume de inscrições não é possível contactar os jovens não selecionados.

5) O facto de o jovem não ser contactado dentro do período de seleção acima descrito, não implica que não seja contactado durante o decorrer do programa, tendo em conta que poderão existir desistências/ libertação de vagas em qualquer fase.

6) Com o objetivo de alargar a participação a um maior número de candidatos possível, os jovens apenas poderão participar num único turno/projeto.

• **DAS ENTIDADES ENQUADRADORAS**

Havendo mais candidaturas do que lugares disponíveis, a CMC/Divisão de Juventude (DJUV) encarregar-se-á da seleção dos projetos das Entidades Enquadradoras e/ou dos jovens, nomeadamente de acordo com os seguintes critérios:

- Equilíbrio local;
- Diversidade de projetos;
- Número de jovens envolvidos;

- Relevância comunitária do projeto;
- Impacto na formação cívica dos jovens.

VIII - DIREITOS DOS PARTICIPANTES

Durante o período de ocupação, os participantes têm direito aos seguintes benefícios, a providenciar pela Câmara Municipal de Cascais:

- 1) Uma bolsa de € 10,00 (Dez Euros), por cada dia de prestação de trabalho, num valor máximo de € 230,00 (Duzentos e trinta euros) / turno (o mapa de presenças indica o número máximo de dias, num máximo de 5 horas/dia e 25 horas/semana). Caso o participante seja menor de idade, o pagamento será efetuado ao Encarregado de Educação;

NOTA: O participante terá de desempenhar pelo menos 7 dias de atividade para ter direito à bolsa estabelecida

- 2) Um seguro de acidentes pessoal;
- 3) Um certificado de participação.

IX - DEVERES DOS PARTICIPANTES

Durante o período de ocupação, os participantes têm o dever de:

- 1) Assiduidade;
- 2) Pontualidade;
- 3) Lealdade e sigilo;
- 4) Zelo na utilização de materiais e equipamentos;
- 5) Aceitação das disposições constantes neste documento;
- 6) Participação obrigatória nas atividades de formação inicial e avaliação final do programa;
- 7) Devolução do questionário de avaliação do Programa até 10 (dez) dias úteis após terminado o turno em que tenha participado;
- 8) Cumprimento das demais orientações definidas, pela Câmara Municipal de Cascais e pela Entidade Enquadradora, no âmbito do projeto a desenvolver.

X - DIREITOS DAS ENTIDADES ENQUADRADORAS

Durante o período de ocupação, as Entidades Enquadradoras têm o direito de:

- 1)** Afetar o(s) participante(s) à(s) atividade(s) proposta(s) e que foi(foram) alvo da candidatura;
- 2)** Proceder à retificação do projeto e das tarefas do(s) participante(s), por conveniência do serviço mas apenas após acordo da CMC/Divisão de Juventude e (DJUV).

XI - DEVERES DAS ENTIDADES ENQUADRADORAS

Durante o período de ocupação, as entidades enquadradoras têm o dever de:

- 1)** Zelar pela boa execução do projeto e, nomeadamente, pelo enquadramento e acompanhamento do(s) participante(s);
- 2)** Enviar à CMC/Divisão de Juventude (DJUV) o(s) mapa(s) de assiduidade do(s) participante(s), devidamente preenchido(s) e até 5 (cinco) dias úteis após terminado o turno respetivo;
- 3)** Comunicar à CMC/Divisão de Juventude quaisquer, eventuais, alterações ao projeto inicial, desistências ocorridas e/ou outra situação que, pela sua natureza, pode perturbar o bom desenvolvimento do(s) projeto(s), logo que dela(s) tenha conhecimento;
- 4)** Participar nas iniciativas de acompanhamento e avaliação do Programa e, nomeadamente, preencher e enviar o questionário de avaliação entregue pela CMC/Divisão de Juventude até 10 (dez) dias úteis após terminado o turno respetivo;
- 5)** Permitir que os voluntários, no último dia de cada turno, participem na sessão de avaliação final do Programa dinamizada pela DJUV (este dia será considerado como dia de trabalho).

XII - DIREITOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS

- 1)** Proceder à seleção dos jovens e das Entidades Enquadradoras, mediante a disponibilidade orçamental existente a cada ano;

2) Proceder a eventuais substituições e reafecções dos jovens, em caso de necessidade, desde que decorrido um terço do turno respetivo;

3) Decidir como proceder em relação a eventuais situações não previstas no presente documento.

XII - DEVERES DA CÂMARA- MUNICIPAL DE CASCAIS

- 1)** Divulgar o Programa nos meios colocados à sua disposição;
- 2)** Conceber e disponibilizar os formulários de inscrição, dos jovens e das Entidades Enquadradoras, bem como dos mapas de assiduidade dos jovens;
- 3)** Divulgar a lista de projetos aprovados e dos jovens admitidos;
- 4)** Suportar o pagamento da bolsa dos participantes, no valor de €10,00 (Dez Euros) por dia de prestação de trabalho. O pagamento da bolsa dependerá do envio do mapa de assiduidade pela entidade enquadradora, e nunca demorará menos de três semanas após o término do respetivo turno;
- 5)** Providenciar a cobertura de um seguro de acidentes pessoal aos participantes, durante o período em que decorra o Programa;
- 6)** Dinamizar iniciativas de avaliação e de acompanhamento dos projetos;
- 7)** Prestar todas as informações que lhe forem solicitadas no âmbito do Programa, pelos jovens e Entidades Enquadradoras;
- 8)** Atribuir aos participantes um certificado comprovativo de frequência no Programa.

XIV - NORMAS DISCIPLINARES

- 1)** A falta de comparência ao local de prestação do trabalho deve ser justificada até 2 (dois) dias a seguir à ocorrência, junto da(s) respectiva(s) entidades(s) enquadradora(s), que deverá(ão) comunicar o fato de seguida à CMC/Divisão de Juventude (DJUV);
- 2)** A ausência de justificação válida origina o desconto no valor da bolsa, em proporção ao(s) dia(s) de ausência;
- 3)** A ausência durante 2 (dois) dias seguidos ou 3 (três) interpolados, sem qualquer justificação válida dá, no entanto, lugar à exclusão do

Programa, sem lugar ao pagamento de qualquer bolsa e à substituição por outro(a) jovem, colocado(a) em lista suplente;

4) São justificadas e com direito ao pagamento da bolsa as faltas dadas pelos seguintes motivos:

- Acidente ocorrido no desempenho do Programa;
- Comparência em serviços judiciais;
- Inspeção militar;
- Nojo (Luto).

5) São justificadas, mas sem direito ao pagamento da bolsa, as faltas dadas pelos seguintes motivos:

- Doença do participante, com apresentação de atestado médico ou documento similar;
- Exames escolares do participante;
- Consultas de rotina do participante;
- Assistência à família;

6) Todas as faltas dadas por motivos que não os apresentados acima, consideram-se "injustificadas".